

---

# EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA

Este texto faz parte de um estudo mais amplo — A educação da mulher no Brasil — que integra a Coleção Década da Mulher a ser brevemente lançada pela Editora Nobel em co-edição com o Conselho Estadual da Condição Feminina de Estado de São Paulo.

*Fúlvia Rosemberg*  
Da Fundação Carlos Chagas

---

## RESUMO

## SUMMARY

Este artigo procura reconstituir as trajetórias do debate público em torno das propostas de inclusão da disciplina Educação Sexual no currículo escolar. Utilizando-se de fontes documentais variadas, a autora vai desvelando os argumentos e contraargumentos de defensores e detratores dessa inclusão que se evidenciaram no período compreendido entre 1960 e 1980.

This article reconstructs the evolution of the public debate over Sex Education inclusion in school curriculum. Based in various documental sources, the author reveals how supporters opponents of Sex Education developed their arguments in the period between 1960 and 1980.

Foi, sem dúvida, Carmen da Silva quem melhor sintetizou a história da Educação Sexual no país: "pela enésima vez o Brasil redescobre a Educação Sexual" (Revista *Claudia*, outubro de 1978).

E assim foi, e assim está sendo, pois afora algumas experiências piloto, perfeitamente circunscritas no tempo e no espaço, os educadores brasileiros ainda não ultrapassaram o debate de se a escola deve ou não incluir a Educação Sexual em seu currículo. E mais: debates e experiências têm se circunscrito quase que exclusivamente à escola de 1º e 2º graus, deixando de considerar carências e demandas universitárias. É claro que a discussão através dos anos foi envolta por discurso mais ou menos sofisticado, mais ou menos "progressista" usando argumentos variados, de acordo com o momento político.

Porém, esse pessimismo cede lugar a alguma esperança, quando lembramos que o mutismo do início dos anos 70 foi quebrado pela mobilização através do debate público. É a origem do silêncio, e o ressurgimento desse debate, permeados por algumas experiências, que nos propomos reconstruir.

## FONTES DOCUMENTAIS

A imperfeição do quadro que será traçado a seguir, não se deve apenas à pobreza dessa história, mas também à carência de estudos, pesquisas bem como da localização e sistematização das fontes documentais. São muito poucos, e extremamente recentes, os estudos sobre a Educação Sexual no âmbito da escola brasileira<sup>1</sup>. São praticamente inexistentes as monografias descrevendo experiências concretas realizadas. Esta ausência de material de apoio é em parte explicável pela fase de arbítrio político pela qual passamos, com o conseqüente enrijecimento da censura, que levou ao expurgo e desaparecimento de relatórios de experiências em curso. Mas, a nosso ver, outros determinantes justificam essa carência: a desvalorização do tema como não-prioritário dentro do panorama geral das insuficiências educacionais no país; o padrão acadêmico de pesquisa que, até a metade da década de 70, não incorporava como modelo aceitável o relato de experiências vividas.

Assim é que no levantamento realizado por Aparecida Joly Gouveia (1971) sobre a Pesquisa Educacional no Brasil entre 1965 e 1970, entre 212 títulos arrolados, não localizamos nenhum sobre Educação Sexual na escola, e sabemos que nesse período, pelo menos na cidade de São Paulo, eram várias as experiências em curso (Werebe, 1978).

Os estudos, como se pode perceber pela bibliografia, surgem a partir de 1978, que, como veremos a seguir, constitui um ano marco no processo de abertura política e de afrouxamento da censura.

Além da bibliografia referida, utilizamos como fonte documental o arquivo de jornais da Biblioteca do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas.

## FLUXOS E REFLUXOS DE UMA PROPOSTA

A Igreja Católica constituiu um dos freios mais poderosos, até a década de 60, para que a Educação Sexual

formal penetrasse no sistema escolar brasileiro. Em primeiro lugar, por sua posição claramente repressiva em matéria de sexo; em segundo lugar, pela posição de destaque que ocupou na educação nacional, através da manutenção e da ferrenha defesa de sua rede de ensino<sup>2</sup>. Portanto, mesmo antes do final da década 60, quando ocorreu no país um momento de hipertrofia de um autoritarismo moralista, o sistema de ensino nacional era bastante repressivo, tanto à veiculação de informações sobre sexualidade humana quanto à manifestação da sexualidade entre os estudantes.

A influência da rede católica de ensino sobre o que se poderia chamar de "cultura sexual" da escola, ainda não foi desvelada, restando-nos principalmente descrições provenientes de memórias literárias e cinematográficas que recriam o clima de opressão sexual; o pânico da masturbação; a ênfase no pudor; o tom apocalíptico das prédicas<sup>3</sup>.

O ensino católico no país, sob a guarda de ordens estrangeiras, mantinha até a realização do Concílio Vaticano II a segregação sexual nas escolas. Transportando para o país práticas de resguardo ao pudor de seus países de origem, criaram uma galeria de uniformes escolares que, através do feito e dos tecidos empregados — inadequados para o Sul do Equador — cobriam e camuflavam o corpo dos(as) estudantes.

Nesse ambiente escolar, o discurso formal sobre sexualidade ou era negado ou era usado como pretexto para desencadear comportamentos punitivos.

Editoras católicas (Ed. Vozes e Paulinas) publicaram livros de orientação que transmitiam uma imagem pecaminosa da manifestação da sexualidade. Organizações Católicas que reuniam os leigos (como a Ação Católica) divulgavam cotação moral de espetáculos e filmes. Tentativas de ruptura com o clima repressivo da sociedade brasileira, através de filmes ou espetáculos, enfrentavam sistematicamente campanhas desencadeadas ou apoiadas pela Igreja Católica que acabavam por influenciar as autoridades políticas<sup>4</sup>.

1 Conseguimos localizar: Araujo Nunes, Marques & Mello (1977); Werebe (1977 e 78); Ferrua (1980); Barroso & Bruschini (1982); Schusser (1982).

2 Esta ingerência da Igreja Católica na vida nacional, através da educação, aparece claramente, entre outros momentos, no projeto Diretrizes e Bases da Educação, primeira lei nacional sobre educação que se ia votar no país. Em análise realizada na época, o professor Roque Spencer Maciel da Universidade de São Paulo, denuncia a presença, no projeto, de toda a doutrina educacional da Igreja Católica, fundamentada em várias encíclicas papais (Romanelli, 1978, p. 177).

3 É importante que não se jogue este clima de repressão escolar para um abstrato passado longínquo: foi esse um dos contextos da socialização de muitas mulheres que, por volta dos 30 anos de idade, reiniciaram em 1975 a atuação feminista no Brasil. Foi nesse clima escolar que também viveram sua infância muitos homens e mulheres que, nos anos 80, estão completando 30 anos de idade.

4 No início dos anos 60, o exemplo talvez mais marcante tenha sido o filme *Os Cafajestes* (1962, Ruy Guerra), que depois de liberado pela censura, teve sua exibição proibida no Rio de Janeiro (que se alastrou pelo país), conseqüência de campanha iniciada pelo então arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime Câmara.

A renovação pós-conciliar (Concílio Vaticano II) introduzida por certas ordens religiosas altera profundamente, para certos setores da Igreja, o valor atribuído à sexualidade humana no plano da criação divina<sup>5</sup>.

No plano educacional também são introduzidas modificações: escolas católicas passam a ser mistas ou se fecham. Novas ordens religiosas passam a assumir posição de destaque no plano do debate das idéias (em São Paulo, descenso dos salesianos e ascensão dos padres canadenses do Colégio Santa Cruz e dos Dominicanos).

Nesse contexto, não é de se estranhar que as experiências de Educação Sexual na escola, anteriores à década de 60, tenham ocorrido em escolas laicas ou protestantes<sup>6</sup>, e que autoridades católicas tenham estado sistematicamente presentes em comissões que opinam sobre a matéria<sup>7</sup>.

A partir do Concílio Vaticano II percebe-se, então, a coexistência de facções distintas da Igreja Católica no Brasil e que assumem posições diversas no debate de problemas nacionais, inclusive sobre a Educação Sexual. Assim é que já nos anos 60 alguns colégios católicos desenvolviam programa de orientação sexual<sup>8</sup>.

Na segunda metade dos anos 60, alguns centros urbanos do país (Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo) desenvolvem algumas experiências de Educação Sexual no circuito de ensino público. Na cidade de São Paulo, estas iniciativas ocorreram no contexto de algumas escolas que ensaiavam uma proposta de renovação pedagógica. Foram as experiências do Colégio de Aplicação da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo; dos ginásios Vocacionais, do grupo Experimental Dr. Edmundo de Carvalho e dos Ginásios Pluricurriculares Experimentais (os GEPEs).

Carmen Barroso & Cristina Bruschini (1982, p. 21-22) referem-se, também, ao desenvolvimento, nesse período, de uma experiência de orientação sexual de meninas de 4º ano primário desenvolvida pelo Serviço de Saúde do Departamento de Assistência ao Escolar de São Paulo entre 1954-1970.

Algumas dessas experiências, em especial a do grupo Experimental Dr. Edmundo de Carvalho (que acompanhei parcialmente), associavam à programação destinada aos alunos, um trabalho com os pais. Experiências inovadoras, na rede pública, durante um período de cerceamento das liberdades democráticas, sob a mira atenta do Estado, a insegurança dos educadores era, de certa forma, controlada por essa tentativa de integração dos pais ao processo<sup>9</sup>. Experiências tímidas, circunscritas a umas poucas classes da rede oficial, atingindo um número insignificante de alunos, assim mesmo não sobreviveram ao agravamento do autoritarismo do país que assumiu, mais claramente, uma postura nitidamente moralista.

Estas experiências da rede pública deixaram de existir em 1970, após um pronunciamento da Comissão

Nacional de Moral e Civismo dando parecer contrário ao projeto de lei da deputada Júlia Steinbuch (MDB-RJ) que, em 1968, propunha a inclusão obrigatória de Educação Sexual nos currículos de 1º e 2º graus (então denominados de primário e secundário). Essa rejeição e o teor do parecer, sobre o qual voltaremos adiante, não foram um fato isolado, mas decorreram de uma série de atos autoritários implantados no país.

A 13 de dezembro de 1969 havia sido decretado o Ato Institucional nº 5 que formalizou e recrudescer o período de exceção política em que vivíamos. "Em maio de 1970, o Congresso Brasileiro aprovou, em primeira leitura, por 170 votos a favor, 44 contra e uma abstenção, o decreto presidencial de 26 de janeiro, instituindo oficialmente a censura prévia de livros e jornais. Seguindo a nova lei, o Ministério da Justiça seria encarregado de proibir todo texto contrário à moral e aos bons costumes. Esta tarefa foi confiada mais particularmente aos agentes da polícia federal. O decreto estipulou ainda que caberia aos poderes públicos a tarefa de assegurar a proteção dos valores éticos indispensáveis à boa formação moral da juventude brasileira" (Werebe, 1978, p. 22).

O projeto da deputada Júlia Steinbuch (MDB - RJ) havia sido apresentado à câmara em 1968. Os trâmites burocráticos são morosos e, em novembro de 1970, o projeto ainda se encontrava na Comissão de Constituição e Justiça, tendo recebido um parecer favorável do deputado Murilo Badaró (ARENA/MG) e um contrário

<sup>5</sup> Frei Eliseu Lopes, dominicano, escrevia em 1967 "O homem é imagem de Deus não apesar do sexo, mas imagem de Deus graças ao sexo" (Lopes, 1967, p. 34).

<sup>6</sup> Uma das experiências mais antigas de que se tem notícia sobre Educação Sexual na escola foi realizada na década de 30 no Colégio Batista do Rio de Janeiro, experiência interrompida e que acarretou em abertura de ação judicial contra o professor Stawierski, responsável pela iniciativa pioneira (Barroso & Bruschini, 1982, p.19-20).

<sup>7</sup> Dentre estas participações destacamos a presença do padre Francisco Leme Lopes na Comissão Nacional de Moral e Civismo que emitiu parecer desfavorável ao projeto de lei de autoria da deputada Júlia Steinbuch (MDB-RJ, cassada), que propunha a obrigatoriedade da Educação Sexual nas escolas de 1º e 2º graus.

<sup>8</sup> A evolução de certos setores da Igreja Católica foi inconteste. A Editora Paulinas, que até a década de 60 se caracterizava pela publicação de textos para crianças ultra-conservadores (Rosemberg, 1985), lança, em 1982, o livro de Valcir Carrasco - *Quando meu irmãozinho nasceu*, onde a gravidez e o parto da mãe são intensamente vividos por um garoto.

<sup>9</sup> Esse temor se justificava. A repressão policial se fazia sentir. Em 1966, a Revista *Realidade* (Editora Abril) publicou o resultado de uma pesquisa sobre Educação Sexual que realizara junto a seus leitores. Esse número foi apreendido pela Polícia Federal com base em parecer do Juiz de Menores Alberto Augusto Cavalcanti de Gusmão (Gaiarsa, 1967). No Rio de Janeiro, a diretora do Colégio Estadual André Maurais foi exonerada pelo Governador Chagas Freitas por conta do programa de Educação Sexual que havia introduzido na escola.

do deputado Rubem Nogueira (ARENA/BA)<sup>10</sup> -

Simultaneamente à sua tramitação na Câmara, o Ministério da Educação (Ministro na época: Jarbas Passarinho) envia o Projeto à Comissão Nacional de Moral e Civismo, também uma das criações do governo militar. O projeto recebeu o parecer de três conselheiros: o do padre Francisco Leme Lopes; o do almirante Benjamin Sodré e do general Moacir Araújo Lopes.

A imprensa divulgou, com certo destaque, os pareceres dos conselheiros. O padre Francisco Leme Lopes apoiou seu parecer contrário em pronunciamento do padre Leonel Franca, educador que esteve em evidência na década de 50, ferrenho defensor do ensino privado. Dizia ele: "parece-nos de capital importância excluir qualquer iniciação sexual feita coletivamente nas escolas". O padre Francisco Lopes, acrescenta, entre outras, sua opinião: "em nome da Higiene, da Pedagogia e da Moral julgamos que se deve excluir dos programas de ensino uma iniciação coletiva-feita nas escolas públicas".

O conselheiro almirante Benjamin Sodré, chefe-escoteiro, baseado no artigo 10<sup>o</sup> da Lei do Escoteiro (como declara o parecer) afirmou que "a expressão educação sexual deveria ser substituída por educação da pureza". Continua: "a inocência é a melhor defesa para a pureza e castidade".

Interditando a Educação Sexual em grupo, o almirante prossegue em seu parecer: "A instrução aceita apenas quando efetuada por pais, médicos, parentes próximos mais velhos, não deve ser apresentada apenas no seu aspecto científico, isoladamente, mas sempre ligada ao sentimento, com sua consagração sublime ou divina. Não ensinar materialmente como a procriação procede para o homem e para a mulher, mas antes exaltar o que caracteriza o sexo masculino, caráter, coragem, responsabilidade, força, proteção, respeito e amor, que, sem egoísmo, mais dá do que recebe; e o sexo feminino: a delicadeza, a bondade, a pureza, a confiança, indo até à doação, ao casamento, à maternidade" (*O Estado de São Paulo*, 20/11/70).

O parecer do almirante se estende. Merecia transcrição integral, pois ainda fala em flores, frutos e na necessidade de manter crianças e adolescentes em contínua atividade.

O terceiro conselheiro a se pronunciar foi o general Moacir Araújo Lopes, que votou favoravelmente ao "belíssimo parecer do padre Francisco Leme Lopes, e ao não menos belo adendo do almirante Benjamin Sodré, experimentado orientador do Escotismo". Sintetiza o

<sup>10</sup> O parecer favorável do deputado Murilo Badaró, que opinou sobre a constitucionalidade e juridicidade do projeto foi acrescido de uma emenda marota: "o curso de Educação Sexual no ensino primário e secundário, somente poderá ser ministrado por professor especializado no assunto, assim reconhecido por diploma expedido por escola de nível superior". No parecer contrário, com que contraditou os argumentos favoráveis do deputado Murilo Badaró, o deputado Rubem Nogueira enfatiza que "inexistindo no país a cadeira de Sexologia ou Educação Sexual, nenhuma escola de nível superior poderia, como pretende a emenda aditiva, expedir diploma de reconhecimento de uma especialidade que não constitui objeto de nenhuma disciplina de currículo universitário"! (*O Estado de São Paulo*, 20/11/70).

general, o seu pensamento numa frase: "Não se abre à força um botão de rosa, e sobretudo, com mãos sujas" (idem, *ibidem*).

Segundo Maria José Werebe (1978, p. 21) o projeto da deputada Júlia encontrou apoio por parte de deputados, educadores e intelectuais apesar de muitos lhe fazerem algumas restrições, em especial ao caráter de obrigatoriedade imputado à disciplina.

Este veto, e os pareceres que o acompanham, apesar de não terem constituído proibição para as experiências em curso, fez com que os poucos programas em desenvolvimento cessassem ou deixassem de ser de domínio público. "Curiosamente, não havia nenhuma lei ou proibição formal contra a educação sexual. A interdição era difusa e talvez, por isso mesmo, mais eficiente. O assunto era *tabu*, existia, mas não se falava mais sobre ele. Orientadores, professores e educadores, de modo geral, passaram a assumir a interdição, temendo represálias e obedecendo a uma lei que, na verdade, nem mesmo existia" (Barroso & Bruschini, 1982, p.23).

As autoridades educacionais, no período, faziam marcar sua presença vigilante como guardiãs da moral dos alunos. As escolas experimentais eram mantidas sob vigilância. Um processo que ocorreu em São Paulo, em 1973, ilustra essa disposição de vigiar e punir.

O pivô do processo foi um livro infanto-juvenil. *O caneco de prata*, de autoria de João Carlos Marinho.

"Em agosto de 1972, *O caneco de prata* foi adotado para leitura de alunos de 6<sup>a</sup> série num colégio particular. Um pai de aluna, ex-militar, exigiu que a escola parasse imediatamente o trabalho com o livro se não ele 'tomaria providências'. A escola ponderou que a súbita retirada do livro provocaria mais curiosidade e que, diante das ameaças, aceitaria reduzir para apenas uma, todas as aulas previstas sobre o livro. E assim foi feito. Mas, aparentemente, o pai cumpriu as ameaças.

No início de setembro, numa 2<sup>a</sup> feira à tarde, dia de reunião semanal dos professores, a polícia veio buscar a professora para ser interrogada. (...)

Os chamados órgãos de segurança ficaram de olho na escola — gente lá dentro revirando arquivos, pressões variadas sobre as atividades criativas dos alunos em disciplina como expressão corporal. A escola me demitiu em dezembro. As pressões sobre a escola cessaram no ano seguinte, quando a diretora foi a Brasília falar com o ministro Passarinho, por intermediação de um pai de aluno. (...)

Durante o ano de 1973, rolaram muitos interrogatórios, um 'processo' que trazia meu nome na capa — as 'entrevistas' aconteciam num casarão da Rua Tamandaré, sem qualquer acompanhante ou advogado, numa misteriosa Comissão Estadual de Investigação. (...)

Em dezembro de 1973, fomos chamados ao DOPS — eu, Laís F. de Azevedo, João Carlos Marinho, duas diretoras. Nossos advogados puderam ficar na porta, apenas ouvindo os depoimentos. O delegado disse estar verificando se o caso tinha substância para justificar um processo. (...)

No início de 74, mais uma sessão na CEI, que queria saber o teor do inquérito no DOPS. No final desse ano, abriram um processo administrativo contra mim na própria Secretaria de Educação (eu era efetiva no secun-

dário), sob acusação de mau cumprimento dos deveres de professora quando em comissionamento na dita escola. A pena já estava prescrita e meu advogado pediu o arquivamento do processo, ao que não foi atendido. Segundo o pessoal da Comissão Judiciária, havia ordens superiores para continuar.

As audiências das testemunhas prosseguiram até 75. João Carlos, colegas professoras, diretoras de escola onde trabalhei, educadoras também mães de alunos, como as Dras. Rosa Maria Macedo e Ana Maria Popovic, corajosamente depuseram a meu favor.

Tudo inútil. Fui considerada culpada e recebi a pena mínima de 15 dias de suspensão, publicada no *Diário Oficial* de 25/10/75".<sup>11</sup>

Esse processo, que não deve ter sido o único no período, é exemplar na medida em que mostra a impregnação do ideário autoritário e moralista no interior da própria administração escolar, civil e laica. Pelos documentos que conseguimos arrolar, a partir de uma determinada época, não são apenas militares ou religiosos de certa corrente que atuam de forma repressiva, através de canais de exceção, mas a repressão é incorporada por setores do universo escolar através de seus órgãos habituais. Se não, vejamos.

Em 1974, o Conselho Federal de Educação (6 de agosto de 1974) aprovou o parecer elaborado pela conselheira Edília Coelho Garcia, que fixou a doutrina, a filosofia, o conteúdo e a forma do programa de Educação e Saúde que previu, para os alunos de 2º grau, o desenvolvimento de conhecimentos referentes à evolução puberal, educação sexual, gestação, puericultura e saúde mental (*O Estado de São Paulo*, 7/7/1974).

A posição oficial brasileira é sintetizada, em 1976, pela mesma conselheira Edília Coelho Garcia, que representou o Brasil no Primeiro Seminário Latino-americano de Educação Sexual (OLES, s.d.). A comunicação do Brasil integra o parecer da Comissão Nacional de Moral e Civismo (de 1970) às propostas curriculares sobre Educação de Saúde efetuadas pelo Conselho Federal de Educação a partir da Reforma de Ensino de 1º e 2º graus (Lei 5692/71). Informou a conselheira: "o problema (Educação Sexual) se coloca no Brasil em termos de planejamento curricular, não cabendo imposição ou proibição de que uma escola inclua em seu currículo pleno (. . .). O Conselho Federal de Educação (. . .) entendeu que a educação sexual merecia atenção como parte da educação geral nos programas de saúde (. . .). Entendemos no Brasil que primordialmente é à família que compete uma educação nos problemas de educação sexual (. . .). Realmente no Brasil, em regra geral, somos contrários às chamadas aulas de educação sexual (. . .). Quando um caso apasiona a opinião pública é preciso abrir com os alunos um diálogo franco sobre o assunto, procurando orientá-los. O trabalho de grupo deve, então, ser feito sempre com muita cautela e com poucos alunos de cada vez, do mesmo sexo e com idades bem próximas" (OLES s.d., p. 122-123).

Retomando os argumentos da Comissão Nacional de Moral e Civismo, a professora Edília enumera os principais inconvenientes da Educação Sexual coletiva: disparidade de desenvolvimento sexual, mesmo em alunos de mesma idade; distorção dos ensinamentos efetua-

dos em classe nas conversas posteriores entre crianças com a corrupção conseqüente dos mais ingênuos por aqueles que possuem iniciação defeituosa, com tendência à obscenidade e heterogeneidade na formação moral dos professores impedindo-os de abordar o assunto com igual elevação e com o mesmo respeito à pureza de cada aluno.

O que aparece como novidade no depoimento da professora Edília, e que foi usado como uma das veias principais de argumentação durante os 10 anos seguintes, é o argumento da *prioridade*. E este será o argumento usado principalmente por educadores quando escapam à discussão moral. Diz ela: "Talvez fosse mais importante que nos preocupássemos antes, com os aspectos da subnutrição e das sequelas que deixam (. . .) A educação sexual não é o aspecto mais importante em um programa de orientação juvenil" (OLES, s. d., p. 123-124).

A professora Edília acertaria um ponto: apesar do grande impacto inicial causado pelo parecer da Comissão Nacional de Moral e Civismo (de 1970), alguns programas continuaram a se desenvolver sem alarde. Maria José Werebe (1978) relata sondagem que efetuou durante a realização do IV Congresso Brasileiro de Orientação Educacional, quando foi possível revelar a existência de 56 trabalhos de Educação Sexual sendo desenvolvidos em várias unidades da Federação, especialmente São Paulo.

A "conspiração do silêncio" que envolveu a Educação Sexual (como a ela se referiu Maria Helena Matarazzo) é bem ilustrada pela atitude da Secretaria de Educação do Município de São Paulo no final dos anos 70. O Setor de Orientação Educacional da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (secretário: Hilário Torloni) elaborou, no final de 1977, um projeto pedagógico de orientação sexual a ser implantado a título experimental na rede municipal. O projeto, após ser submetido em 1978, a uma comissão de especialistas<sup>12</sup>, foi implantado, de início, em 3 escolas. "De março a dezembro de 1978, o projeto foi colocado em prática, abrangendo inicialmente um treinamento dos Orientadores Educacionais e Professores de Ciências das três escolas escolhidas, depois o envolvimento da equipe técnica das escolas e seus professores, o trabalho com os pais e, finalmente, com alunos (Secretaria Municipal de Educação, 1979, p. 19).

O relatório assinala: "resta ainda ressaltar a preocupação dos responsáveis por este projeto de manter a experiência restrita aos membros da própria equipe e pessoal das escolas envolvidas, procurando evitar a divulgação precoce de dados uma vez que esta é uma área bastante sujeita a colocações sensacionalistas, que poderiam influir no caráter natural que se buscou manter em todo o trabalho" (idem, p. 19).

<sup>11</sup> Depoimento da professora Maria Otília Bochini a Edmir Perrotti (1984).

<sup>12</sup> Essa comissão foi assim composta: o presidente da Associação das Escolas Católicas e representante da Curia Metropolitana de São Paulo; um médico e professor universitário; um educador e representante das Igrejas Presbiterianas; uma psicóloga.

A experiência municipal foi mantida sob sigilo durante certo tempo. Quando foi dada a público, omitiu-se o nome das escolas e, conseqüentemente, dos alunos, familiares, professores e orientadores envolvidos.<sup>13</sup>

Publicamente a educação sexual nas escolas voltou a ser mencionada em junho de 1978 quando um dos programas de TV de maior audiência no país, que vai ao ar domingo à noite, apresentou uma reportagem sobre Educação sexual na Escola. O ministro da Educação — (Euro Brandão) entrevistado é categórico. Declara-se contra a Educação Sexual na escola, mas favorável a uma educação para constituição da família (sic) (*Visão*, agosto de 1978).

A partir de 1978 o tema volta a ter vida pública. É importante lembrar que, apesar de continuarmos sob o governo do general Geisel, já surgiam alguns indícios de afrouxamento da ditadura militar<sup>14</sup>. Nesse ano, é realizado em São Paulo, e comentado pela imprensa com bastante destaque, o I Congresso sobre Educação Sexual nas Escolas. Organizado por iniciativa particular, o congresso atraiu muitos participantes, principalmente de São Paulo.

Esse congresso se realizará nos anos subseqüentes tendo sido, a nosso ver, um dos elementos provocadores para que o debate sobre a inclusão ou não de Educação Sexual nos currículos se tornasse público. É verdade que em anos anteriores, em congressos científicos um ou outro participante se pronunciaria sobre o tema<sup>15</sup>. Uma manchete do jornal *Movimento* resume bem o que significaram estes congressos: "No Anhembi, em São Paulo, um debate inimaginável no passado recente". Esta movimentação em torno da Educação Sexual permitiu que os meios de comunicação percebessem a existência, entre os brasileiros, de um desejo de falar e de ouvir sobre sexo e a possibilidade (graças ao abrandamento da censura) de que essa fala ocorresse através dos meios de comunicação de massa.

Surgem experiências inéditas na América Latina: um serviço telefônico destinado a responder perguntas sobre sexualidade (1979); um programa de rádio (1979)

e um programa de televisão (1980), em emissoras de grande audiência, especialmente destinado ao debate, à informação e à orientação sexual, em horário dito feminino, ou familiar. Apesar de não serem destinados a estudantes, estes programas passaram a ser integrados no circuito universitário informalmente, através da participação de suas apresentadoras em debates, conferências e palestras organizadas, geralmente, pelos diretórios acadêmicos.

Ocorre, a partir de então, uma série de eventos, sempre com muito sucesso junto ao público: mesa redonda sobre Educação Sexual na 32ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (1980); um painel sobre "A Educação Sexual que gostaríamos de ter" na I Conferência Brasileira de Educação (1980); o 18º Congresso da Escola de Pais elege como tema "Educação e Sexualidade Hoje" (1981); 1º curso sobre Sexualidade e Deficiência (1982), e vários outros.

Se aqui o foco foi orientado para o debate sobre Educação Sexual na escola, não se pode esquecer que o fim dos anos 70 foi pontuado por um abrandamento geral da censura oficial e oficiosa em matéria de informação sexual para crianças e jovens. Um bom exemplo desse abrandamento pode ser buscado na literatura infanto-juvenil de uso para-didático onde, não só encontramos novos livros especificamente sobre sexualidade destinados ao público infanto-juvenil (principalmente traduzidos), mas também a inclusão dos temas sexuais em textos literários. Esta inclusão constitui novidade, pois como amostraram alguns estudos, nossa literatura infanto-juvenil era absolutamente assexuada (Rosemberg, 1985; Pinto e Negrão, 1981).

Porém, tanto na literatura infanto-juvenil, quanto nos discursos mais gerais sobre sexualidade, ou no debate específico sobre Educação Sexual na escola, a "abertura" não ocorreu homoganeamente. Vozes repressivas se fizeram ouvir. Em São Paulo, por exemplo, suscitou reação, em grupo específico, a publicação do livro infanto-juvenil "*O menino e o pinto do menino*", não por seu conteúdo, mas pela dubiedade do título! Em Porto Alegre, o bispo auxiliar D. Edmundo Kunz no programa *Voz do Pastor* afirma que "melhor seria se a escola brasileira, ao invés de assumir diretamente a tarefa de instruir os seus alunos sobre sexualidade, delegasse os pais para exercerem com sabedoria e amor e difícil arte de educar os seus filhos em matéria tão delicada" (*O Estado de São Paulo*, 24/11/81).

Em 1981, é punido no Recife um estudante da Universidade Católica de Pernambuco, candidato a um órgão estudantil, por ter assumido e divulgado um manifesto reichiano de liberação sexual (*O Estado de São Paulo*, 22/08/81).

Em São Paulo, o quadro sobre sexualidade apresentado por Martha Suplicy em canal de televisão se vê publicamente ameaçado, seja por iniciativa de grupos de mulheres, seja por iniciativa da censura federal (*Mulherio*, nº 11, p. 9).

Nesse novo início, alguns desses eventos, para se legitimarem, convocam a participação de autoridades educacionais — secretários ou ex-secretários de educação — o que permite que se capte o discurso oficial do momento. E novamente o debate é relançado experi-

<sup>13</sup> Esta experiência da rede municipal paulistana se desenvolve até os dias de hoje: em 1979, atendia a 19 escolas; em 1980, 31 escolas. Em 1981, o número de escolas caiu para vinte, pois não houve possibilidades de se realizar treinamento para as novas equipes. Em 1982, atendendo a solicitação das escolas, ampliou-se para 52 unidades.

<sup>14</sup> Em 1983, os Orientadores Educacionais se dedicaram mais às prioridades levantadas pela Secretaria Municipal de Educação, ligadas a evasão e repetência de alunos. Atendemos apenas escolas que nos procuraram diretamente. Em 1984, continuamos trabalhando em função destas prioridades. Serão atendidas, contudo, as escolas que nos procurarem" (Secretaria Municipal de Educação, 1984). De acordo com informações colhidas, foram as escolas municipais que solicitaram esse atendimento.

<sup>14</sup> Em 1978 houve eleições diretas parciais para cargos legislativos; em 1979 tomou posse o último presidente militar, general Figueiredo, que começou o processo de abertura política.

<sup>15</sup> Por exemplo em 1977 tanto no Congresso Brasileiro de Farmacêuticos quanto de Pediatria houve pronunciamentos favoráveis à inclusão da Educação Sexual na escola.

mindendo-se, ao lado de posições contrárias, defensores da Educação Sexual na escola que incorporam, desta feita, algumas feministas e que trazem novos argumentos. Assim é que em seu livro *Educação Sexual: uma proposta, um desafio*, destinado diretamente a consumo dos jovens, Maria Amélia Goldberg (1982) praticamente abre o debate com duas teses feministas: as questões da assimetria do desejo sexual e da violência sexual. Afirma enfaticamente a autora: "contra a assimetria do desejo sexual. Quer dizer: contra a concepção de que por uma questão de natureza biológica, ele precisa de sexo enquanto ela não precisa de sexo" (. . .) Pelo direito da mulher ao controle de seu próprio corpo. Isto é, contra a concepção restrita de sexualidade — predominante ainda na América Latina — estabelecida em torno da trindade Sexualidade-Matrimônio-Reprodução (Goldberg, 1982, 31-32).

No livro já citado de Barroso & Bruschini (1982) *Educação Sexual: debate aberto*, destinado a educadores, as autoras, apesar de insistirem sobre a necessidade de se respeitarem os valores dos educandos, assinalam a contribuição possível da Educação Sexual para a emancipação da mulher. Em outro trabalho, Cristina Bruschini (1980) enfatiza claramente o compromisso de um programa de Educação Sexual na escola com o que denomina "valores básicos". No entender da autora, um programa de Educação Sexual não é neutro. "A tarefa do educador seria mostrar diferentes pontos de vista sobre as várias questões relativas ao sexo, ajudando os jovens a construir valores que orientem seu modo de vida e padrões por meio dos quais decidam sua conduta sexual. Construir um sistema de valores é especialmente difícil porque, enquanto alguns deles são inquestionáveis, outros são bastante polêmicos. Princípios como liberdade e integridade pessoal, consideração pelos outros e igualdade entre homens e mulheres, por exemplo, devem ser enfatizados e constantemente lembrados (Bruschini, 1980, p.16).

Uma outra vertente na fala de feministas se relaciona ao debate sobre políticas controlistas e Educação Sexual. Procurando, de certa forma, rebater a compulsão paranóica de setores da esquerda brasileira, que vêem as propostas feministas de controle do próprio corpo, como um adesismo a políticas controlistas governamentais impingidas pelo imperialismo internacional, Carmen Barroso (1981) avalia o significado do programa de educação sobre população proposto pela UNESCO.

A autora destaca, nessa avaliação, o ponto do programa relativo à reprodução. Diz ela: "As feministas temos reiterado que o controle da reprodução é um direito inalienável de toda mulher, a quem devem ser asseguradas as condições de vida necessárias a uma livre opção quanto ao número de filhos desejados. A reivindicação da liberdade de opção não ignora os condicionantes sociais que estão na raiz do próprio desejo, mas afirma a necessidade de uma estrutura social que reduza ao mínimo, dentro das possibilidades históricas, os limites diretos ou indiretos à decisão pessoal.

"E aí se coloca a possibilidade de contradição entre os interesses das mulheres e as necessidades da sociedade, contradição que será tanto menor quanto maior for a participação destas nas decisões que afetam as suas vidas particulares e os destinos da sociedade. Neste con-

texto, a educação sobre população consistirá elemento essencial para a tomada de decisões conscientes e racionais, que procurem conciliar interesses pessoais imediatos e objetivos da sociedade a longo prazo.

"No entanto, tendo em vista a controvérsia existente em torno das questões de população e as mistificações que freqüentemente as envolvem, é necessário examinar com cuidado os objetivos e o conteúdo das propostas apresentadas, especialmente tendo em vista que vivemos num sistema em que a imensa maioria da população dispõe de escassos recursos para a autodeterminação e está totalmente excluída das decisões que regem o destino da sociedade. Neste sentido, é necessário estar alerta para que um programa de educação para a população não constitua um mecanismo disfarçado de idéias neo-maltusianas.

"Por outro lado, essas idéias já se acham bastante disseminadas entre amplos segmentos da população escolar, de forma difusa e pouco sistematizada. Em pesquisa que realizamos junto a grupos de jovens paulistas, da periferia, de escola pública e de colégios particulares, constatamos serem numerosos os que não questionam a atribuição da pobreza à prole numerosa. Neste contexto, um programa de educação sobre população talvez apresente uma potencialidade para propiciar uma visão mais crítica da problemática da população" (Barroso, 1981, p. 34).

É necessário precisar que o envolvimento do Movimento Feminista organizado não se deu diretamente através do debate sobre a Educação Sexual na escola, pois sua mobilização ocorria principalmente em torno da sexualidade da mulher adulta. Mas, talvez seja possível avançar (hipoteticamente, na falta de estudos sistemáticos) que o movimento feminista tenha, através de suas ações paralelas, sensibilizado setores da opinião pública que tenham se tornado mais atentos ao debate sobre o assunto.

Do lado dos opositores à inclusão no currículo escolar dessa disciplina, vai ganhando força o argumento de que Educação Sexual não é prioritária dada a precariedade de nossa situação educacional. Esse argumento, que foi defendido pelo Ministério da Educação e Cultura<sup>16</sup> em 1979, é retomado por setores políticos progressistas.

Durante a campanha eleitoral de 1982 o jornal paulista *Folha de São Paulo* propõe uma série de perguntas aos diferentes partidos candidatos ao poder do Estado. Entre elas uma sobre Educação Sexual: "Seu partido é favorável ou contrário à Educação Sexual na escola?" Resposta de Franco Baruseli, um dos responsáveis pela proposta de educação do programa do PMDB:

---

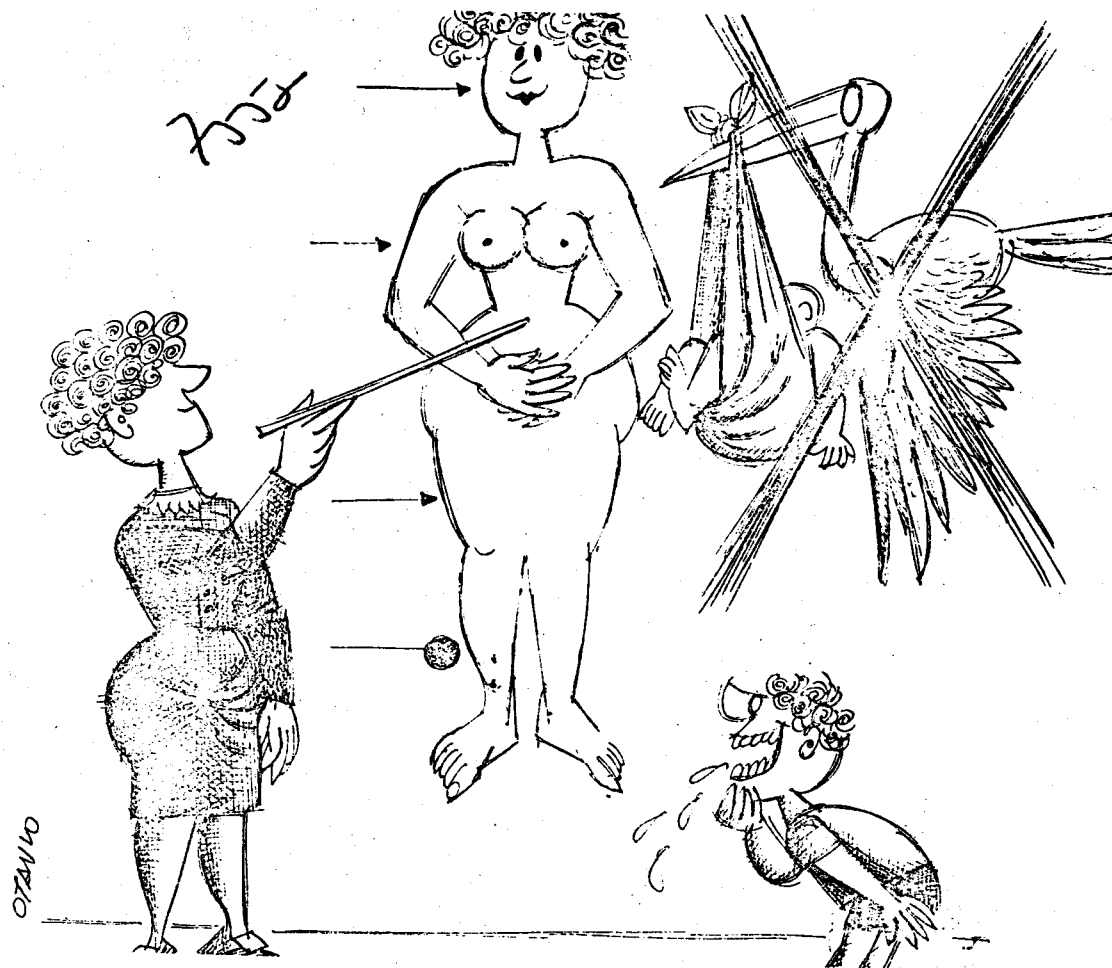
16 "Se fôssemos acatar todas as sugestões encaminhadas ao MEC para a implantação de disciplinas extracurriculares as crianças não teriam tempo nem para dormir" afirma Hetty Rossi (assessora da Secretaria de 1º e 2º Graus do MEC), explicando que, por esse motivo, os especialistas da área estão mais empenhados em concretizar os objetivos do MEC para os próximos 5 anos de governo — universalização do 1º grau e educação rural — do que estender a introdução de novas disciplinas no currículo (*Folha de São Paulo*, 23/08/79).

"A problemática da educação brasileira, hoje, apresenta desafios que transcendem o sim ou o não à Educação Sexual nas escolas, desafio que passa a exigir não apenas uma revisão de conteúdos e métodos, mas uma reformulação substantiva mediante a vigência de novos valores éticos e sociais" (*Folha de São Paulo*, 27/04/82).

Enquanto as modificações ocorrem quase que exclusivamente a nível do discurso, funcionárias que trabalham em postos de saúde da rede municipal na Zona Leste do Município de São Paulo reivindicavam, nas comemorações do 8 de março de 1985, ao Secretário Municipal de Saúde: creche nos Postos de Saúde Municipais

para atender os filhos pequenos das funcionárias; respaldo e autonomia dos Postos de Saúde Municipais para desenvolver programas de Educação Sexual e intercâmbio com a Secretaria Municipal de Educação para o desenvolvimento de programas de Educação Sexual nas Escolas (Barroso, 1985).

Esse argumento das metas prioritárias em educação será provavelmente o obstáculo que se enfrentará daqui para frente não apenas para a introdução da Educação Sexual na escola, mas para qualquer iniciativa que possa vir a usar tempo dos alunos (ou de professores) e recursos.



O sexo vai para a escola. Charge publicada na imprensa por ocasião da apresentação do projeto de lei da deputada Júlia Steimbuch (Arquivo Júlia Steimbuch).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROSO, L. de M. *Comunicação pessoal*. 1985. Recentos mudanças demográficas: implicações educacionais. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, (39), nov. 1981.
- BARROSO, L. de M. & BRUSCHINI, M. Cristina Aranha. *Educação sexual: debate aberto*. Petrópolis, Vozes, 1982.
- BRUSCHINI, M. C. A. Os problemas da educação sexual. *O Estado de São Paulo*. 24 de ago. de 1980. p. 14-15.

- CARRASCO, V. *Quando meu irmãozinho nasceu*. São Paulo, Pioneira, 1982.
- EDUCAÇÃO Sexual foi a base do depoimento da socióloga. *Jornal do Brasil*. 26 de mar. de 1978. p. 9.
- EDUCAÇÃO sexual não é aprovada. *O Estado de São Paulo*. 20 de novembro de 1970.
- EDUCACIÓN sexual en América Latina. Asunción, Oficina Latinoamericana de Educación Sexual, 1978.

(Continua na página seguinte)



- FERRUA, L. H. *A educação sexual: análise crítica de uma experiência*. Campinas, 1980, [Tese Mestrado - PUCC].
- GOLDBERG, M. A. A. *Educação sexual: uma proposta, um desafio*, São Paulo, Aruanda 1982.
- GOUVEIA, A. J. A pesquisa educacional no Brasil, *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, (1) jul. 1971.
- A IMPORTÂNCIA da escola na educação sexual das crianças é ressaltada. *Folha de São Paulo*. 23 de ago. 1979.
- LOPES, Eliseu (Frei). Somos o sexo que temos. *Revista Paz e Terra*.: 15-20, out. 1967.
- MARINHO, J. C. *O caneco de prata*. São Paulo, Obelisco.
- NEGRÃO, E. V. & PINTO, R. P. *Corpos déceis*. São Paulo, FCC, 1980., mimeo.
- NUNES, A. M. A. et alii. *A educação sexual nas escolas*. 1977. mimeo. [Projeto de Pesquisa da PUC].
- PACHECO, D. & GAIARSA, J. A. A juventude diante do sexo. *Realidade*. São Paulo, 1(5): 68-80, 1966.
- PERROTTI, E. A crise do discurso utilitário: contribuição para o estudo da literatura brasileira para crianças e jovens. São Paulo, 1984, Dissert. (Mestr.) ECA-USP.
- PIROLLI, W. *O menino e o pinto do menino*. Belo Horizonte, Comunicações.
- PUNIDO universitário por querer "prazer ilimitado". *O Estado de São Paulo*. 22 de ago. de 1981. p. 12.
- ROSEMBERG, F. *Literatura infantil e ideologia*. São Paulo, Global, 1985.
- SÃO PAULO (cidade) Secretaria Municipal de Educação. *Projeto de orientação sexual*. São Paulo. 1979.
- SCHUSSEL, D. R. *Educação sexual: análise de opiniões de diferentes segmentos sociais*. São Paulo, PUC, 1982. [Tese Mestrado - PUC-SP].
- SEXO chega à escola: devagar. *Visão*. 30 de outubro de 1978. p. 78-80.
- SEXO e poluição, temas escolares. *O Estado de São Paulo*. 7 de ago. de 1974. p. 16.
- SILVA, C. O Brasil debate o sexo: os inimigos já se movimentam. *Cláudia*. out. 1978. p. 255-59.
- WEREBE, M. J. G. *A educação sexual na escola*. São Paulo, Moraes. 1977.
- \_\_\_\_\_ . Implantação da educação sexual no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, 1978.

# EDUCAÇÃO e SELEÇÃO

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

JAN-JUN - 1985 - nº 11

Apresentação ..... 2

## SELEÇÃO DE CANDIDATOS PARA A UNIVERSIDADE

As origens do Vestibular Unificado - Walter Sidney Pereira Leser ..... 3

A expansão do Vestibular Unificado - Manuel Luiz Leão ..... 9

A Comissão Nacional de Vestibular Unificado (CONVESU): origens e papel normativo - Carlos Alberto Serpa de Oliveira ..... 13

O Vestibular Unificado no atual contexto educacional: o ressurgimento de antigos problemas - Adolpho Ribeiro Netto ..... 21

Alternativas futuras para o Vestibular - Hélio Guedes de Campos Barros . 29

## SELEÇÃO DE CANDIDATOS PARA ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS E PRIVADOS

A seleção de recursos humanos e a contribuição da Fundação Carlos Chagas: - uma perspectiva histórica - Elzo Sigueta ..... 35

A seleção de recursos humanos como um processo democrático: a meritocracia - Daniel Soriani dos Santos ..... 55

A problemática da seleção de recursos humanos para a administração pública - Adilson Abreu Dallari ..... 59

Aspectos legais na seleção de recursos humanos para órgãos governamentais - Fábio Alves Rosa ..... 69

A influência do processo de seleção de recursos humanos na identificação de novos valores - Zélio da Fonseca Motta ..... 77

A problemática de recrutamento e seleção de pessoal em um conglomerado empresarial: - a experiência do ITAÚ - Carmen Lúcia Duenhas .... 81

\* \* \* \* \*

Programa de Medidas para fins de ensino e orientação - Heraldio Marelim Vianna ..... 87

Escala Fatorial de Representação Parental - Alvaro Tamayo ..... 97

Coeficiente Beta: - estimativa do Coeficiente de Fidedignidade de uma variável composta - Fernando Lang Silveira ..... 105

